

O capital privado nacional na literatura brasileira sobre o desenvolvimento econômico no Brasil entre 1930 e 1964¹

Paulo Roberto Neves Costa²
(NUSP-UFPR)

Igor Sulaiman Said Felicio Borck³
(NUSP-UFPR)

Resumo

Este estudo bibliográfico trata da questão do desenvolvimento econômico e da industrialização no Brasil e verifica como o *capital privado nacional* (CPN) é analisado nesta literatura, privilegiando as obras produzidas no Brasil e que tomam por referência o período de 1930 a 1964. A expressão CPN refere-se ao conjunto complexo das atividades econômicas voltadas para o lucro e administradas de forma privada por agentes nacionais. Entendemos que, em se tratando de sociedades capitalistas, não é possível pensar o desenvolvimento econômico sem verificar como este *personagem* se colocou neste processo e como os estudiosos trataram desta questão. Constatamos que a caracterização do CPN tendeu a se dar em torno das seguintes posições: 1- uma descrição *fria*, ou seja, estritamente enquanto *fenômeno econômico*, predominante entre os *economistas*; 2- a sua consideração enquanto *ator* ou *protagonista tanto econômico quanto político*, predominante entre os *historiadores* e *sociólogos e cientistas políticos*; e 3- proposições de natureza *normativa*, vinculadas a um *projeto*

¹ Agradecemos pelas sugestões e contribuições decorrentes do processo de avaliação deste artigo e reafirmamos nossa responsabilidade pelas proposições que o mesmo contém.

² Professor de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná e coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP-UFPR). Este trabalho faz parte das atividades da Bolsa de Produtividade em Pesquisa e conta com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

³ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP-UFPR).

político ou a uma dada *tarefa* ou *papel* que o CPN *deveria* ter assumido no desenvolvimento econômico no Brasil. Nosso objetivo é contribuir para a construção de uma agenda de estudos e também para o debate no âmbito político, em especial em comparação com outros países.

Palavras-chave

Desenvolvimento econômico e industrialização no Brasil; capital privado nacional; empresariado.

Abstract

This bibliographical essay addresses the issue of economic development and industrialization in Brazil and checks how the *National Private Capital* (NPC) is analysed in this literature, focusing on works produced in Brazil which consider the period from 1930 to 1964. The expression *NPC* refers to the complex set of economic for-profit activities and administered privately by national agents. We understand that when we are talking about capitalist societies, it is not possible to think about economic development without checking how this *character* was considered in this process and how scholars have treated this issue. We note that the characterization of the *NPC* tended to occur around the following positions: 1- a cold description, that is, strictly as an economic phenomenon, prevalent among economists; 2- its consideration as an actor or protagonist both economic and political, predominant among *historians* and *sociologists and political scientists*; and 3- proposals of a normative nature, related to a political project or a *task* or *role* that the *NPC* should have taken in the economic development in Brazil. Our goal is to contribute to establish a set of studies and also to the debate in the political arena, especially in a comparative approach with other countries.

Keywords

Brazilian Economic Development and Industrialization; National Private Capital; Businessmen.

Introdução

No Brasil, *desenvolvimento econômico* é um tema clássico e nunca deixou de estar em pauta, seja no ambiente acadêmico, seja nas questões políticas nacionais, até mesmo quando esta expressão está fora do discurso dos estudiosos e dos condutores e atores fundamentais do processo de definição da política econômica. Isso implica na existência de inúmeras frentes e formas de tratamento deste assunto. Nosso objetivo é contribuir para este debate a partir de uma questão específica, mais afeita ao ambiente acadêmico e à literatura especializada sobre o desenvolvimento econômico no Brasil. Neste sentido, buscamos verificar como a figura do *capital privado nacional* é pensada nesta literatura, mais especificamente produzida no Brasil, tomando por referência as análises que tratam do período de 1930 a 1964.

Enquanto problema central deste estudo, o *capital privado nacional* (CPN) está aqui sendo considerado como o conjunto complexo das atividades econômicas voltadas para o lucro e administradas de forma privada por agentes nacionais, e que caracterizam a própria economia capitalista, seja no seu surgimento e desenvolvimento, seja quando consolidada. Partimos da constatação simples de que, em se tratando de sociedades capitalistas, não é possível pensar o desenvolvimento econômico sem verificar como este *personagem* se colocou neste processo⁴.

⁴ Eugênio Gudín, já nos anos 1940, utiliza a expressão “capital privado nacional”, ao lado do “estrangeiro”, além de “iniciativa privada” e de “empreendedor privado” em suas discussões sobre o desenvolvimento econômico nacional (Gudín, E., *Análise de problemas brasileiros*, Agir, Rio de Janeiro, 1965). Celso Furtado também usa a expressão “capitais nacionais”, mas na discussão sobre a expansão cafeeira e a natureza lucrativa das atividades ligadas ao mercado externo (Furtado, C., *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, Abril Cultural, São Paulo, 1967, p. 144). Wilson Cano (Cano, W., “Estado e industrialização no Brasil” em *Revista de Economia Política*, 8 (4), 1988) e Werner Baer (Baer, W., *A Economia brasileira*, Nobel, São Paulo, 1996) utilizam a expressão “capital privado nacional”, mas apenas para se referir aos setores econômicos (exportador, industrial e agropecuário).

Por um lado, não estamos considerando que as expressões utilizadas sejam em si mais importantes do que as teorias e abordagens subjacentes, ou desconhecer as mudanças pelas quais a fundamentação teórica e o sentido atribuído a estas expressões podem passar ao longo da obra dos autores aqui contemplados, nem pretendemos meramente localizar e quantificar o uso de tais expressões. E por outro, não estamos atribuindo ao CPN o *status* de questão central da análise do desenvolvimento econômico, ou de variável independente deste processo, mas apenas reconhecer a importância da forma como esta variável se apresenta na literatura em questão, dada a sua importância na constituição das sociedades capitalistas.

Dentro do grande assunto *desenvolvimento econômico* em países como o Brasil, por motivos óbvios, se destaca o tema da *industrialização*. Além de não ser uma exclusividade do Brasil, isso se dá, de um lado, pelo resultado deste processo de desenvolvimento econômico. E de outro, pela importância deste tema na literatura e no debate político sobre economia, sociedade e política em toda a história brasileira e também nos dias de hoje, ainda que através de expressões como, por exemplo, *desenvolvimentismo* e *política industrial*.

Por sua vez, o recorte cronológico escolhido, ou seja, 1930 a 1964, se deve, em primeiro lugar, ao fato de que, diante do volume de trabalhos sobre este assunto, é necessário delimitar os objetivos e o alcance da análise, mesmo quando se trata de um estudo bibliográfico. Em segundo lugar, o período referido remete ao momento crucial, reconhecido pela literatura, de efetivação do desenvolvimento econômico e da industrialização no Brasil, e serve como referência para pensar os processos relacionados à industrialização, que vão das primeiras décadas do Século XX à década de 1960⁵. Em suma, *desenvolvimento econômico e industrialização*, embora

⁵ Para Argemiro Jacob Brum, a construção de um desenvolvimento nacional e autônomo baseado na industrialização via substituição de importações (1930-1964) pode ser dividida em duas fases: a fase autoritária (1930-1945) e a fase democrática (1946-1964) (Brum, A. J., *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, Unijuí, Ijuí, 1982). Para Guido Mantega, embora já tenha se dado nos anos 1940 com o debate Simonsen-Gudin, somente nos anos 1950 a discussão

O capital privado nacional na literatura brasileira sobre o desenvolvimento econômico no Brasil entre 1930 e 1964

não sejam uma e a mesma coisa, quer como fatos históricos, quer como conceitos, serão tratados de forma articulada nesta revisão da literatura que estuda este período da formação da economia e da sociedade capitalista no Brasil.

Entendemos que, seja no âmbito acadêmico, seja no âmbito da elaboração e efetiva implantação das políticas econômicas voltadas para o desenvolvimento econômico, a precisão na forma de abordagem desta variável que, como dissemos, também é um *personagem* decisivo da história da economia e da sociedade de um país, é fundamental. A escolha do objeto, ou seja, a literatura, se deve não apenas à sua natureza acadêmica ou científica, mas também ao fato de que reflete de forma privilegiada o modo como a variável CPN é tratada por aqueles que estudam o assunto e pelas implicações que isso tem na formação acadêmica, técnica, política e ideológica dos atores e decisores das

sobre desenvolvimento ganhou a estatura de um verdadeiro confronto teórico, com a entrada em cena de vários intelectuais e mesmo de instituições especializadas (Mantega, G., *A Economia Política Brasileira*, Vozes, Petrópolis, 1984). João Manuel Cardoso de Mello (1986) marca o início do processo de industrialização em 1930 e define a “industrialização pesada” como um “ciclo de acumulação” que poderia ser dividido em dois momentos: “o de expansão, entre 1956 e 1961, e o de depressão, entre 1962 e 1967” (Mello, J. M. C. de, *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira (4a ed.)*, Brasiliense, São Paulo, 1986, p. 122). Ricardo Bielschowsky chama a atenção para a “crise” do “projeto de industrialização” e do “desenvolvimentismo” que marcou o início dos anos 1960, inclusive com a articulação ou “sociedade” entre economistas de correntes distintas na definição da política econômica, e que em 1964 teria se iniciado uma nova fase do pensamento econômico brasileiro (Bielschowsky, R., “Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964”, em M. R. Loureiro (Ed.), *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996)*, Vozes, Petrópolis, 1997, p. 100 e ss.). Por sua vez, Wilson Cano, ao tratar do papel do Estado na industrialização no Brasil, enfatiza a pertinência do recorte do período 1930 a 1964, dado que um novo ciclo de expansão industrial só teria se dado no final dos anos 1970 (Cano, W., *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*, Global, São Paulo, 1985).

políticas econômicas e dos próprios agentes econômicos, sobretudo em países como o Brasil.

Desta forma, pretendemos contribuir para a construção de uma agenda de estudos futuros, seja sobre a história brasileira, seja sobre a conjuntura atual do país, e também para o debate e os embates no âmbito político sobre seu futuro, em especial naquilo que possa permitir estudos comparados com outros países.

A seleção dos trabalhos não pretendeu esgotar a vasta literatura existente sobre o assunto e se limitou aos autores brasileiros⁶. Mas, ao menos contempla tanto trabalhos clássicos e reconhecidos, quanto certa diversidade de pontos de vista na *caracterização* do CPN⁷. Neste

⁶ Não se trata de excluir as contribuições de autores estrangeiros sobre o assunto, mas de, assim como no estudo acima mencionado e bastante consagrado de Ricardo Bielschowsky (Bielschowsky, R., *Pensamento econômico brasileiro*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1988.), tentar recortar o objeto de forma a atingir de modo satisfatório os objetivos deste trabalho. Apenas a título de ilustração, em 1949, ao tratar da questão do desenvolvimento econômico e da industrialização na América Latina, Raúl Prebisch fala em “indústria” e “produtores industriais”, “produtores primários”, “importações” e “capitalização” (Prebisch, R., “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, em *Revista Brasileira de Economia*, 3 (3), 1949). Mas, nesta obra, assim como em outra de 1963 sobre o mesmo assunto, Prebisch trata do CPN enquanto fenômeno econômico, sem desconsiderar as implicações sociais e políticas, e deixa claro que não se referia a nenhum país em particular pelo fato de que isso exigiria levar em conta as diferenças. Mas acrescenta que seu objetivo era também contribuir para estudos particulares (Prebisch, R., *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano (2a ed.)*, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro/São Paulo, 1968). A isso podemos acrescentar os ganhos advindos dos estudos comparados, como veremos a seguir.

⁷ Mais uma vez, uma referência fundamental para a seleção ao menos de parte dos autores contemplados foi a análise de Ricardo Bielschowsky sobre o pensamento econômico no Brasil (Bielschowsky, 1988, op. cit.; Bielschowsky, 1997, op. cit.). Convém notar que, se de um lado, os trabalhos deste autor são extensos no que diz respeito aos autores e correntes, de outro não considera o CPN entre as variáveis que orientam sua revisão da literatura, embora considere outras, tais como: “Capital estrangeiro”, “Empresa estatal”, “Planejamento”, “Salário, lucros e distribuição da renda” e “Reforma Agrária”. O “Setor privado” é tema apenas

sentido, procuramos considerar tal *caracterização* em obras *clássicas* ou de reconhecida importância sobre o assunto e que tiveram impacto nos estudos posteriores. Tais obras constituem um patrimônio fundamental ou uma *matriz* a partir da qual se desdobraram o complexo e diversificado debate acadêmico e a formação intelectual dos decisores. Certamente, outras obras poderiam ser agregadas a esta análise, mas entendemos que aqueles que foram contemplados nos permitem atingir nossos objetivos. Em termos de *cronologia*, procuramos também levar em conta o momento em que as obras foram produzidas.

A literatura foi considerada a partir das *perspectivas* de análise do desenvolvimento econômico, com o intuito de selecionar as obras por um critério não meramente cronológico, e menos quantitativo do que *qualitativo*. Para tanto, agrupamos e caracterizamos os trabalhos aqui contemplados em três grupos: 1- *economistas*, 2- *historiadores* e 3- *sociólogos e cientistas políticos*⁸.

Esta divisão não tem a pretensão de meramente enquadrar os autores, mas sim enfatizar as contribuições que tais *perspectivas* e suas respectivas caracterizações do CPN trazem para os objetivos deste trabalho. Devemos deixar claro desde já que não estamos propondo que as perspectivas correspondam a grupos homogêneos, coesos, constantes e harmônicos. E nossa preocupação não é estabelecer qual destas abordagens seria a mais interessante ou eficaz, mas sim, a partir da análise destas *caracterizações*, retirar contribuições para compor uma agenda de estudo desta importante variável do processo de constituição do capitalismo no Brasil. Certamente, alguns autores se encaixam em mais de uma destas *perspectivas*, o que será comentado mais adiante.

Enfim, o tratamento dos textos não pretendeu apenas descrever as proposições dos autores, mas sim fazer uma análise de conteúdo,

da análise da corrente “desenvolvimentista” e se refere à posição frente a esta variável, e não à sua *caracterização*.

⁸ Edgar Carone destaca a diferença de abordagem entre os historiadores e economistas no que tange à periodização da industrialização (Carone, E., *A república liberal*, Difel, Rio de Janeiro, 1985, p. 57) e, como veremos, o terceiro grupo introduz elementos e variáveis não contempladas pelos grupos anteriores.

portanto, igualmente qualitativa, dos seus argumentos em relação ao CPN. Em relação a este ponto, podemos nos remeter a outros trabalhos de envergadura muito maior, mas de natureza semelhante, tais como os de Luiz Carlos Bresser Pereira⁹ e Ricardo Bielschowsky¹⁰, ou seja, que pretendem, a partir de certo enquadramento de uma ampla e complexa literatura, propor sobretudo a importância de uma questão e da agenda de pesquisa de la decorrente.

Por último, as obras selecionadas foram tratadas a partir da seguinte grade de questões, orientadas pelos objetivos deste estudo:

1) *Objeto*: ao se referir ao *capital privado nacional*, qual é a *caracterização* e o termo utilizado pelo autor e como ele é caracterizado. Por exemplo, “empresários”, “empresariado”, “capital nacional”, “burguesia”, “industriais”, “classe dominante”, “elite econômica”, “setores” (industriais, proprietários rurais, banqueiros, comerciantes etc.), entidade de representação (sindicatos, federações, confederações ou associações patronais), ou mesmo nomes de pessoas.

2) *Metodologia*: a dimensão metodológica, ou seja, se há pesquisa empírica ou se é uma abordagem ensaística ou fundada em fontes secundárias;

3) *Relevância*: qual é a importância ou protagonismo, *tanto na economia, quanto na política*, atribuída ao *capital privado nacional* no processo de desenvolvimento econômico.

O texto está organizado a partir das três perspectivas acima mencionadas, cujo tratamento informa os nossos comentários acerca destas perspectivas, – nos quais apresentaremos os elementos que nos parecem ser importantes e úteis para pensarmos uma agenda de pesquisa sobre o desenvolvimento econômico no Brasil, seja em perspectiva histórica, seja enquanto questão atual, – bem como nossas considerações finais.

⁹ Bresser-Pereira, L. C., “Interpretações sobre o Brasil”, em M. R. Loureiro (Ed.), *50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamentos, instituições, depoimentos*, Vozes, Petrópolis, 1997.

¹⁰ Bielschowsky, 1988, op. cit.

Os economistas

Este grupo contempla, de um lado, os autores que compõem a base e o momento inicial da constituição da Ciência Econômica no Brasil¹¹. E de outro, autores posteriores e contemporâneos que deram prosseguimento a este campo de estudos.

Roberto Simonsen não se refere ao CPN como um personagem ou ator social ao tratar do processo de industrialização no Brasil. Mesmo sendo um importante nome e representante da indústria, o autor não faz uma caracterização desse personagem em sua obra, e se restringe à análise dos processos econômicos, das políticas econômicas, dos dados industriais e das oportunidades históricas que se colocaram para a indústria¹².

Eugenio Gudin, no ensaio em que discute a questão da inflação na história econômica brasileira e no processo de industrialização pesada dos anos 1950, esclarece que sua defesa do “desenvolvimento agrícola” não significa uma posição contrária à industrialização, mas sim à “má indústria”, ou seja, aquela que “... contribui, por período indefinido, para piorar em vez de melhorar o padrão de vida da população”¹³. Mas, mesmo se reportando ao debate sobre a industrialização e o desenvolvimento no Brasil, assim como Roberto Simonsen, não se refere ao CPN como um *personagem*, um ator social ou político neste processo, mas apenas como um *setor* da economia.

¹¹ Neste grupo, Ricardo Bielchovsky destaca os nomes de Roberto Simonsen, Eugênio Gudin, Roberto Campos, Ignácio Rangel e Celso Furtado (Bielschowsky, 1988, op. cit. e Bielschowsky, 1997, op. cit.).

¹² Roberto Simonsen era professor de História Econômica do Brasil na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) quando escreveu esta obra em 1939, a qual se baseia em pesquisa sobre o desenvolvimento da indústria brasileira do período da Colônia à década de 1930, feita para uma missão universitária norte americana em 1939 e produzida pela FIESP (Simonsen, R., *A Evolução Industrial do Brasil*, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, São Paulo, 1939).

¹³ Gudin, E., *Inflação, Importação e Exportação, Café e Crédito, Desenvolvimento e Industrialização (2a, Edição)*, Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1959, p. 206.

Em outra coletânea de artigos para jornais, ao se referir ao CPN ligado a produção agrícola, Gudin usa as expressões “proprietários de terra”, “setor primário” ou “exportador” e por vezes “lavoura nacional”. E também usa a expressão “classes industriais” para se referir ao CPN ligado a produção industrial¹⁴. Ao tratar da diferença entre o CPN e os consumidores de bens e serviços, Gudin utiliza também a expressão “classes produtoras”, ou seja, “... as categorias profissionais dos que fabricam ou negociam com mercadorias”, bastante corrente entre os empresários entre os anos de 1940 e 1960, afirmando que esse era “... provavelmente o motivo por que as associações das ‘classes produtoras’ têm mais influência do que os grêmios dos professores, dos filósofos ou dos acadêmicos. Contudo, com maior ou menor prestígio, maior ou menor influência, ‘classes produtoras’ ou ‘classes pensadoras’ tem representação organizada e direito a serem ouvidas. Enquanto o consumidor, esse não tem associação, e não é ouvido nem cheirado, como se dizia no meu tempo”¹⁵. E o autor menciona também a questão dos “interesses de classe” para se referir aos interesses dos industriais e chama a atenção para a natureza democrática do regime político no Brasil dos anos 1950, embora tenha se manifestado favoravelmente ao Golpe de 1964¹⁶.

A relevância do CPN para o desenvolvimento econômico, segundo Gudin, está na participação desse sujeito nos processos econômicos nacionais, através de representação política organizada, ação de classe através de Federações, na formação técnica, na transformação de capitais. Entretanto, gira em torno destas proposições a caracterização do capital privado nacional pelo autor, e quando se refere as classes dirigentes, por vezes ele tem uma postura crítica, principalmente com relação ao CPN ligado a produção industrial¹⁷.

Roberto Campos, em uma conferência em 1955, apresenta uma análise teórica sobre o tema do desenvolvimento econômico, dialogando com a sociologia clássica de Weber para tratar da origem do poder nacional

¹⁴ Gudin, 1965, op. cit.

¹⁵ Op. cit., p. 183.

¹⁶ Op. cit.

¹⁷ Op. cit., p. 190.

O capital privado nacional na literatura brasileira sobre o desenvolvimento econômico no Brasil entre 1930 e 1964

e de seus fundamentos econômicos. Neste evento, que homenageava Roberto Simonsen, Campos utiliza a expressão “homens de empresa” ao se referir ao público, composto por empresários. Em sua análise sobre a forma de compreender o processo de desenvolvimento, o autor se refere a dimensões ideológicas, institucionais e políticas e até ao capital estrangeiro, mas não apresenta uma caracterização do CPN¹⁸.

Ignácio Rangel, também em uma série de conferências realizadas no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) em meados de 1955, também não trata do CPN como um personagem ou um ator social e político, e usa a expressão “capitalista” em sua análise do contexto do CPN e igualmente chama a atenção para as injunções tanto econômicas quanto políticas que ele enfrenta em uma economia capitalista. Para o autor, a conciliação entre o interesse pessoal do “capitalista” pelo lucro e o interesse público é uma correlação de forças que se caracteriza exatamente por ser aquele interesse o “motor primário do desenvolvimento”. Por sua vez, o CPN ligado à produção industrial é pensado a partir da “... função do capitalista como empresário, como chefe de indústria” a qual consistiria e combinar dois “fatores de produção”: o capital e o trabalho. Rangel também menciona o “latifundiário”, que no Brasil teria assumido a natureza de uma “empresa comercial”¹⁹.

Em outro trabalho, Ignácio Rangel buscou fornecer um manual de “projetamento” para economistas, ou seja, de elaboração, execução e avaliação de projetos econômicos e financeiros, no qual descreve o CPN como o “homem de empresa” ou “empresário”, para se referir àquele que assume tal tarefa. Em sua crítica da ação do Estado na economia, Rangel afirma que o “empresário privado brasileiro” seria mais competente para administração capitalista do que o próprio Estado, pois este sofre menos pressões que o “empresário privado”. Mas o autor não chega a aprofundar a sua caracterização do capital privado nacional como um personagem econômico, social ou político, mas predominantemente enquanto um

¹⁸ Campos, R. O., *Ensaio de História Econômica e Sociológica (3a ed.)*, APEC, Rio de Janeiro, 1963.

¹⁹ Rangel, I., *Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, Livraria Progresso, Salvador, 1957.

agente imerso no processo de desenvolvimento econômico no a partir do âmbito da empresa²⁰.

Da extensa obra de Celso Furtado selecionamos alguns estudos que nos permitem verificar a forma como o autor trata do CPN. No clássico *Formação Econômica do Brasil*, escrito em 1958, Furtado não se refere de maneira específica ao capital privado nacional como uma expressão ou categoria analítica. O autor trata dos grandes processos que a economia brasileira passou desde o descobrimento até a industrialização e menciona principalmente os cafeicultores, que tiveram seu poder sobre o Estado afetado em 1930²¹. Neste ensaio, que Furtado também chama de “esboço”, não há pesquisa empírica, mas apenas o uso fontes secundárias²². O autor afirma que tanto a agricultura quanto a indústria, logo depois da crise de 1929, se recuperaram juntas e fortaleceram a economia nacional, e que a questão do desenvolvimento econômico passa pelo problema da presença do comércio exterior, ou seja, do capital privado estrangeiro, no produto nacional²³.

Enfim, neste trabalho de Furtado não se atribui um protagonismo ao CPN nos termos que estamos aqui considerando, e privilegia-se a análise das implicações das políticas econômicas que buscaram promover o desenvolvimento a partir da relação do Estado com o capital privado nacional.

Mas, em outra obra, Furtado discute a “teoria do empresário” e critica Schumpeter por ter sido negligente em relação ao contexto histórico no qual os “empresários capitalistas” estão inseridos²⁴. O que interessa ao

²⁰ Rangel, I., *Elementos de Economia do Projeto*, Livraria Progresso, Salvador, 1958.

²¹ Furtado, C., *Formação Econômica do Brasil (25a ed.)*, Nacional, São Paulo, 1995.

²² Em termos metodológicos o autor afirma o seguinte: “Omito-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise dos processos econômicos e não a reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos” (op. cit., p. 2).

²³ Ibid.

²⁴ Celso Furtado escreveu esta obra com o objetivo de sistematizar as ideias e conceitos já difundidos anteriormente e de discutir as teses sobre desenvolvimento

autor observar é que “... o empresário – ao contrário de outros atores que se beneficiam igualmente de elevadas rendas – é um agente ligado ao processo produtivo. Toda sua vida, pública e privada, está marcada por esse fato: “... o grande problema do empresário consiste em descobrir onde e como aplicar anualmente as suas novas rendas. A inovação não é necessariamente um fruto do ‘espírito de empresa’, como concebe Schumpeter. É muitas vezes resultado do esforço das empresas para encontrar aplicações para os recursos que se lhes acumulam automaticamente”²⁵.

Mas, nesta obra Furtado também apresenta a ideia de desenvolvimento econômico ligada a um “conjunto econômico complexo”, cujo aumento da produtividade, dá lugar a “subconjuntos” ou “setores” chamados de “particulares”, o que exemplifica a forma como o autor tratou do CPN em suas análises, ou seja, imerso nos processos econômicos e não como personagem ou ator social no processo de desenvolvimento econômico²⁶. A expressão “empresário” é usada por Furtado apenas para se referir ao CPN de maneira ampla ou especificamente à produção industrial. O autor usa as expressões “setor agrícola” e “grupos de proprietários rurais” para se referir ao CPN ligado a produção agrícola, destacando o relevante papel desse seguimento no processo de acumulação de capitais para o processo de industrialização e na base da organização social e política do Brasil²⁷.

econômico em economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Contém diversos fragmentos de seu trabalho anterior *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, publicado em português em 1961. Nesse mesmo sentido, Furtado reforça a ideia de contribuir para o debate do desenvolvimento econômico em economias subdesenvolvidas, mostrando a lacuna que existia nessa temática na época de produção (Furtado, C., *A economia latino-americana*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1976, p. 46).

²⁵ Furtado, *ibidem*, p. 46.

²⁶ Em outro trabalho sobre a economia latino-americana em perspectiva comparada, Furtado analisa o processo industrialização e, no que tange ao CPN, também concentra sua argumentação em torno dos “setores”, a saber, “industrial”, “exportador”, “importador” e “cafeeiro” (Furtado, 1976, *op. cit.*).

²⁷ “Na quase totalidade dos países subdesenvolvidos a maioria da população vive de atividades agrícolas. Demais, longe de ser apenas uma atividade econômica, a agricultura constitui a base da organização social e política. Esses limites variam em função do consumo dos grupos proprietários rurais e urbanos e da diferença

Furtado apresenta a ideia de que, no Brasil, o processo de industrialização e desenvolvimento econômico contou com forte influência do CPN ligado a produção agrícola agroexportadora. Dessa forma, o Brasil se caracteriza como uma forma ímpar de desenvolvimento da indústria em países subdesenvolvidos, pois as inversões realizadas pelos cafeicultores propiciaram o capital necessário para expansão do mercado interno, abrindo assim caminhos para o investimento no setor industrial²⁸.

A figura do empresário em quanto *ator* ou “agente” aparece no debate com Schumpeter, embora Furtado não realize um estudo mais aprofundado ou até mesmo a contextualização mencionada na crítica a este autor. Mas, ao defender a necessidade de mais pesquisas sobre subdesenvolvimento, Furtado afirma: “Na medida em que se está compreendendo que o subdesenvolvimento é a manifestação de complexas relações de dominação-dependência entre povos, e que tende a autoperpetuar-se sob formas cambiantes, as atenções tenderam a concentrar-se no estudo dos sistemas de poder e suas raízes culturais e históricas. Assim, o dotar-se de centros nacionais de decisão válidos – o que muitas vezes pressupõe amplos processos de reconstrução social – veio a ocupar o primeiro plano das preocupações dos povos dependentes”^{29 y 30}.

Delfim Netto também trata da questão do planejamento e também não se refere ao CPN como um personagem ou ator social, mas apenas o cita no debate sobre planejamento e desenvolvimento econômico enquanto “setor primário”, “secundário” ou “terciário”, ou “setor agrícola” e “setor industrial”. Nesta obra, de natureza técnica e plena de equações

entre o salário médio urbano e a renda média do trabalhador rural” (Furtado, 1967, op. cit., pp. 157 e 158).

²⁸ Furtado, 1967, op. cit., p. 145.

²⁹ Ibid, p. 187.

³⁰ Bresser-Pereira, L. C., *A construção política do Brasil*, São Paulo: 34, 2015, chama a atenção para a influência desta abordagem de Celso Furtado sobre o debate acerca da “burguesia nacional”, a qual teria sido resolvida por Sérgio Silva, ao concluir pela “unidade e contradição” da relação entre o comércio exterior e o nascimento da indústria no Brasil (Silva, S., *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, Alfa-Omega, São Paulo, 1976). Voltaremos a esta questão mais adiante.

matemáticas, a preocupação de Delfim Netto é com o “planejamento econômico”, enquanto “melhoria das técnicas organizacionais”. Para o autor, embora o desenvolvimento seja “... um fenômeno global da sociedade, que atinge profundamente toda a sua estrutura social, política e econômica”, foram considerados apenas “os aspectos econômicos do problema”. O autor entende que o “planejamento econômico” é algo “neutro”, uma “técnica de administrar que pode ser usada para fortalecer a economia nacional”, mas ressalva: “Os objetivos do planejamento não são definidos dentro da sua própria esfera de ação, mas dentro da esfera do poder político. É a minoria que detém o poder político em todos os sistemas que decide quais os objetivos a serem alcançados. Combater o planejamento porque ele pode ser um instrumento de opressão ou porque ele pode ser utilizado em benefício de uma classe é absurdo”. Portanto, em função a natureza da obra, Delfim Netto não descreve de maneira específica a atuação do CPN nos processos econômicos, e, dessa maneira, não atribui muita relevância a esse personagem no debate sobre o desenvolvimento econômico nacional no período de 1930 a 1964³¹.

Werner Baer se refere ao capital privado nacional através do termo “iniciativa privada”, dividida por setores da economia e chama a atenção para a importância dos “conglomerados empresariais”, que reúnem diversas empresas individuais ou pertencentes a famílias, tais como Matarazzo, Klabin e Renner. Baer também trata de aspectos da lógica administrativa dos “empresários brasileiros”, do “setor agrícola” e do “setor industrial”, no processo de industrialização do período de 1930 a 1964³².

Por sua vez, Mario Henrique Simonsen escreveu em 1969 o livro *Brasil 2001*, com objetivo de fazer alguns apontamentos e contrapontos às previsões do *Hudson Institute* sobre o futuro do desenvolvimento econômico brasileiro posterior a década de 1960, e no qual debate sobre a relação entre a burocracia estatal e o empresariado nacional. Mas, embora

³¹ Netto, D., *Alguns Problemas do Planejamento para o Desenvolvimento Econômico*, FCEA-USP, São Paulo, 1962.

³² Baer, W., *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1965.

trate do CPN apenas a partir dos setores da economia e da expressão genérica “empresário”, chama a atenção para importância da formação das “elites políticas e econômicas nacionais”, argumentando que o subdesenvolvimento dessas “elites dirigentes” é mais importante do que as condições reais estruturais e o desenvolvimento material da economia nacional³³.

Assim como outros autores, Maria da Conceição Tavares não se refere ao CPN como grupo, ou *personagem*, mas enquanto “setores econômicos”. Em uma de suas importantes obras há um ensaio feito em parceria com José Serra e vinculado à linha Cepalina de análise e a uma pesquisa realizada na América Latina, no qual, ao se referir à produção agrícola, se utiliza a expressão “setor primário”. Este setor teria relevância significativa para o desenvolvimento da industrialização brasileira a partir da década de 1930, ao transferir capital para o ainda incipiente “setor industrial”, que foi ganhando força com o processo de substituição das importações e que permitiu a industrialização a partir do crescimento do setor intermediário de bens para produção, voltado para a demanda interna³⁴. Outro setor mencionado é o de “serviços”, que seria a combinação de vários outros, como o comércio (terciário), o de utilidade pública (incluindo transportes e energia) e financeiros³⁵.

Tavares também se refere ao CPN como “empresários privados” ou “empresários nacionais” e utiliza a categoria analítica schumpeteriana de “empresários inovadores” para se referir à capacidade empresarial de responder a estímulos do mercado e do governo, e chama a atenção para a importância da relação com o capital estrangeiro³⁶. E conclui: “... embora não se negue a existência de considerável capacidade empresarial

³³ Simonsen, M. H., *Brasil 2001*, APEC, Rio de Janeiro, 1969.

³⁴ Para Tavares, a substituição das importações pode ser entendida como “... um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos” (Tavares, M. da C., *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaio sobre a economia brasileira*, Zahar, Rio de Janeiro, 1972, p. 35).

³⁵ *Ibid*, p. 140.

³⁶ *Ibid*, p. 56.

O capital privado nacional na literatura brasileira sobre o desenvolvimento econômico no Brasil entre 1930 e 1964

em algumas das economias latino-americanas em condições de responder adequadamente aos estímulos do mercado e/ou às decisões de política econômica governamentais, parece-nos lícito considerar rara a do tipo ‘inovador’, capaz de uma visão de longo prazo que antecipe as oportunidades existentes na abertura de novas linhas da atividade produtiva”³⁷.

Carlos Lessa considera as “empresas privadas”, principalmente o “setor industrial”, avaliando-o como vulnerável financeiramente, mas que, “... diante da luta pela sobrevivência foi forçado a definir seus objetivos”, e afirma que o Plano de Metas (1956) foi uma resposta aos conflitos entre a política de estabilização e os “setores industriais”³⁸. Enfim, o autor utiliza dados empíricos e faz uma revisão da literatura, considerando em sua análise da política econômica voltada para a industrialização no Brasil do final da Segunda Guerra Mundial até 1960 a questão da dinâmica dos interesses empresariais ou da “classe empresarial” sobre a política econômica e a consciência que esta tinha de sua vulnerabilidade³⁹.

Caio Prado Júnior, por sua vez, divide o CPN em setores ligados à produção agrícola, industrial e ao comércio. O termo “empresário” aparece poucas vezes e geralmente para se referir às empresas comerciais e não ao *empresariado*, ou seja, ao conjunto dos empresários. O mesmo ocorre com “latifúndio” e “fazendeiros”. A expressão mais utilizada pelo autor para se referir ao setor industrial é “industriais”. No aspecto metodológico, Caio Prado Júnior utilizou a “bibliografia da história econômica brasileira”, a qual considera dispersa, particularista e incompleta. Além disso, utilizou periódicos especializados e dados estatísticos do Ministério da Fazenda e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴⁰.

³⁷ Ibid, p. 46.

³⁸ Lessa fala tanto em “setor industrial” quanto em “setores industriais” e faz referência à “análise sociológica do comportamento empresarial” feita por Fernando Henrique Cardoso (Lessa, C., *Quinze anos de política econômica*, Brasiliense, São Paulo, 1975). Esta questão será tratada mais adiante.

³⁹ Ibid. Em trabalho posterior, Lessa se refere ao “sepultamento ideológico do projeto da burguesia nacional” que teria se dado no início dos anos 1960, mas não desenvolve a análise, dado que seu objetivo é comentar sobre o período posterior (Lessa, 1988).

⁴⁰ Prado Jr., C., *História econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1978, p. 273.

Prado Júnior afirma que a indústria acumulou forças na economia e na política desde a Primeira República (1889-1930), assumindo ao longo dos anos um papel cada vez mais importante na formulação das políticas econômicas, em especial na segunda presidência de Getúlio Vargas (1951-1954). Enfim, embora não detalhe as formas e particularidades, Prado Junior sugere que o CPN, em especial os industriais, através de suas associações de classe, se colocava como importante ator econômico e político, o que implicou também em conflitos com o capital estrangeiro na definição da política econômica⁴¹.

No início dos anos 1980, Carlos Lessa, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho organizam uma obra que reúne trabalhos desenvolvidos pelos professores do Departamento de Economia e Planejamento da Universidade Estadual de Campinas, na qual há um debate sobre a crise econômica e a desaceleração da economia vivida pelo país na década de 1960. Embora boa parte desta obra fuja do escopo de nossa pesquisa, contém um artigo de José Serra sobre a importância do Estado como condutor da economia e como protetor do “capital privado nacional” no período 1930 a 1964, devido à relação desigual com o capital estrangeiro e com as empresas públicas. Mas, o CPN é novamente pensado enquanto “setor”. Portanto, não faz uma descrição detalhada do “capital privado nacional”, mas apenas menciona a divisão de tarefas entre o este, o capital privado estrangeiro e o Estado brasileiro, enquanto marca da política econômica do período⁴².

Argemiro Jacob Brum, ao discutir as principais questões que envolveram o processo de desenvolvimento econômico brasileiro também não se refere ao capital privado nacional como um personagem nesse processo e apenas o cita no debate mais geral sobre suas fases e períodos. Mas, afirma que a “... iniciativa privada não tinha fôlego financeiro nem experiência empresarial”, com exceção de São Paulo, onde haveria maior “dinamismo empresarial”⁴³.

⁴¹ Prado, *ibid*, p. 233 e ss.

⁴² Serra, J., “Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra”, em R. Lessa, Carlos; Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello; Coutinho (Ed.), *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, Brasiliense, São Paulo, 1982.

⁴³ Mantenga, 1984, *op. cit.*, pp. 211-215.

O capital privado nacional na literatura brasileira sobre o desenvolvimento econômico no Brasil entre 1930 e 1964

Guido Mantega utiliza a expressão “burguesia nacional”, dividida pelo autor em diversos seguimentos, os quais o autor também chama de “classes dominantes”. Segundo Mantega, com a crise de 1929, novos paradigmas se colocaram para a economia brasileira, e conseqüentemente para suas “elites econômicas”. O autor chama a atenção para o populismo, enquanto uma resposta às novas configurações da economia brasileira, uma forma de governar que articulava os interesses das elites econômicas e de parte das massas populares, processo que teria se consolidado nas décadas de 1940 e 1950⁴⁴.

Outro aspecto da mobilização que Mantega faz de variáveis políticas na análise do desenvolvimento econômico no Brasil é a ideia de que as “classes dominantes” seriam divididas em dois grandes grupos: uma “elite reformista”, mais moderna, urbano-industrial e populista, e uma “elite autoritária”, que tendia a excluir as massas do jogo do poder. A primeira, na qual estaria a “burguesia industrial”, teria dirigido o projeto de desenvolvimento capitalista monopolista. Na segunda estaria o “setor agroexportador”, que teria perdido poder neste processo. E conclui: “Em síntese, (...) o nacional-desenvolvimentismo não atendia propriamente aos interesses do grosso da nação brasileira, como sustentam os seus ardorosos adeptos, mas beneficiava, sobretudo, as frações mais modernas da burguesia, vinculadas à acumulação monopolista”⁴⁵.

Em termos metodológicos, Mantega faz uma sistematização do pensamento econômico brasileiro a partir da ideia de campo teórico e de modelos analíticos. Nesse sentido, se volta mais para o processo econômico e para tais modelos do que para as classes sociais envolvidas, ou as “elites” mencionadas e sua forma de ação no âmbito político.

Wilson Cano se refere ao CPN na fase de industrialização restringida (1930-1955) como “classe dominante”, a qual seria organizada regionalmente e não no nível nacional, ou seja, não existiriam “frações nacionais” desta classe. O autor destaca o capital privado ligado à produção industrial, chamado de “capital industrial”, especificamente de São Paulo, onde se daria a centralidade e a concentração do capital privado

⁴⁴ Mantega, 1984, op. cit.

⁴⁵ Mantega, 1984, op. cit.

nacional, e também usa a expressão “industriais” e se refere à natureza predominantemente “familiar” ou “fechada” das empresas. Assim, Cano trata o CPN como um agente dos processos econômicos e políticos nacionais, mas sem descrever como isso teria se dado. Neste ensaio, o autor também se refere ao CPN ligado a produção agrícola de produtos tradicionais na fase da industrialização restringida e pesada (1930-1970) como “capital mercantil”, mostrando como nesse período esse setor ficou mais regionalizado e adquirindo novas configurações, como a mescla com o “capital industrial”⁴⁶.

Cano atribui valor significativo para o capital industrial durante o período de industrialização (1930-1970) para o desenvolvimento econômico, nacional e regional, mostrando como esse capital formou um polo central da política de acumulação capitalista em São Paulo, e desta forma evidenciando a interação entre a ideia de periferia e centro econômico do país, e a relação que se deu entre o “capital mercantil”, predominante nas periferias do sistema, e o capital industrial, predominante no centro econômico nacional⁴⁷.

Outro exemplo da ocorrência de certa flutuação no uso das categorias analíticas no tratamento do CPN no processo de desenvolvimento econômico é o importante trabalho de João Manuel Cardoso de Mello. O autor faz uma distinção entre o “capital cafeeiro” – “economia cafeeira capitalista” ou “complexo exportador cafeeiro” – e o “capital industrial”, e com relação ao “capital industrial”, também o identifica como “burguesia industrial”, “capital produtivo industrial” ou “grande indústria”. Mas, podemos destacar que Mello, ao apresentar o seu conceito de “industrialização retardatária”, ou “capitalismo tardio”, de um lado, busca entender a transição ocorrida dentro do CPN, ou seja, do “capital cafeeiro” ao “capital industrial”, e suas implicações para a política e o Estado e a economia⁴⁸. E, de outro, sugere uma agenda de

⁴⁶ Cano, 1985, op. cit.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ “As relações que se estabelecem entre o capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil, e o capital industrial não são, portanto, unívocas como levam certas interpretações a crer em que ora o café estimula a indústria, ora, ao contrário, a bloqueia. Penso que, como já tinha observado Sérgio Silva, há um modo de ar-

pesquisa que busque entender as motivações político-sociais do capital privado nacional⁴⁹.

Em abordagem mais recente sobre o Plano de Metas, Orestein e Sochaczewski falam em “investimentos privados”, “setor privado”, “iniciativa privada” e “empresas”, mas mencionam a pressão dos “empresários” contra o aumento da carga fiscal e uma pesquisa feita em 1963 que apontava, entre outras coisas, que os empresários concordavam com a ação das empresas estatais na promoção do desenvolvimento⁵⁰.

Em suma, dos breves comentários acima apresentados sobre os *economistas*, podemos destacar alguns aspectos relacionados aos nossos objetivos. Vimos que Roberto Simonsen nos apresenta mais do que simplesmente análises técnicas acerca da economia, mas também, de certa forma, o modo como um importante agente do próprio CPN enquanto *personagem*, pensava a sua situação na economia brasileira, sua origem e seu desenvolvimento, além de fazer apontamentos sobre os interesses e demandas dos industriais. Essa é uma questão fundamental para os trabalhos dos *sociólogos e cientistas políticos*, como, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso e sua discussão sobre a “mentalidade” dos “homens de empresa”⁵¹.

Mas, coube a Eugênio Gudín chamar a atenção para a importância da articulação entre a industrialização e a melhoria das condições de vida

articulação contraditória entre as duas formas de capital, em que, se bem o capital cafeeiro dá nascimento e estimula a grande indústria, ao mesmo tempo impõe limites estreitos à acumulação industrial” (Mello, 1986, op. cit., p. 104).

⁴⁹ “Indagar as origens do capital industrial significa esclarecer três problemas: 1) de que modo uma classe social pode dispor, numa conjuntura determinada, de uma massa de capital monetário capaz de se transformar em capital industrial; 2) por que esta classe portadora de capacidade de acumulação se sentiu estimulada a converter capital monetário em capital industrial, tomando decisões de investir distintas das tradicionais; e 3) como foi possível transformar o capital monetário em força de trabalho e meios de produção, constituindo a grande indústria” (Mello, 1986, op. cit., p. 100).

⁵⁰ Orestein, L. & Sochaczewski, A. C., “Democracia com desenvolvimento: 1956-1961”, em M. de Abreu (Ed.), *A ordem do progresso*, Campus, Rio de Janeiro, 1989.

⁵¹ Cardoso, F. H., *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, Difel, São Paulo, 1964.

da população e dos consumidores, argumento também levantado por Ignácio Rangel; para o peso político e as responsabilidades que as “classes produtoras” teriam em função de sua importância em uma economia baseada na produção de mercadorias; para a importância da natureza do regime político; e para a necessidade da ação política em torno de seus “interesses de classe”, aspecto que Caio Prado Junior também enfatizou ao chamar a atenção para a relevância das associações de classe na economia e na política.

Roberto Campos ressalta a necessidade de considerar as dimensões ideológicas, políticas e institucionais para se tratar da questão do desenvolvimento. Celso Furtado também destaca a importância da constituição de um poder nacional com “raízes culturais e históricas” para a promoção do desenvolvimento e a importância das particularidades do contexto histórico no qual os empresários estão inseridos. Carlos Lessa levanta a questão da “classe empresarial”. Wilson Cano, por sua vez, chama a atenção para os níveis e conflitos regionais da organização desta “classe”. E Delfim Netto, embora tenha se concentrado nos aspectos econômicos, destaca a natureza política da definição dos objetivos do planejamento, ressaltando que isso não significa que ela necessariamente assumiria uma natureza de classe.

Os *economistas* também chamam a atenção para a questão do “capitalista”, do “homem de empresa”, do “empresário”, ou seja, daquele que vai exercer a *função capitalista*, como, por exemplo, nas reflexões de Maria Conceição Tavares. Esta questão também foi tratada por Celso Furtado em torno do conceito de *empreendedor* de Schumpeter. E Mario Henrique Simonsen e Guido Mantega destacam a importância da questão das “elites políticas e econômicas nacionais” e José Serra enfatiza a importância da relação com o Estado na definição da política econômica.

Como sabemos, tais aspectos compõem parte da agenda de questões e argumentos da Teoria da Dependência, aqui representada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e também dos autores que aqui estamos chamando de *sociólogos e cientistas políticos*. Obviamente, não é surpreendente que os *economistas*, ao falarem do que estamos chamando de CPN, considere-o principalmente enquanto agentes econômicos, o que se expressa na predominância do uso da

expressão *setores*. E não consideramos que isso seja uma lacuna ou falha. Ao contrário, sem este tipo de abordagem, o estudo do CPN e do desenvolvimento certamente estariam prejudicados. O que pretendemos destacar é apenas aquilo que os próprios autores indicam, ou seja, que uma abordagem voltada exclusivamente para a dimensão econômica desta variável é um fator de limitação de seu alcance, dadas as diversas dimensões deste fenômeno, igualmente indicadas pelos próprios autores.

Notamos também que, por um lado, predominam os estudos baseados em fontes secundárias ou revisão da literatura e podemos considerar que, quando a análise ultrapassa os aspectos técnicos da Ciência Econômica, algumas vezes assume uma natureza normativa, ou seja, voltada para estabelecer o que o CPN *deveria ser* ou *fazer*. Por outro lado, as diferenças nas perspectivas teóricas não implicam necessariamente em formas completamente diferentes de análise do CPN, existindo de fato proximidades e temas transversais. Ou seja, autores de perspectivas distintas e em momentos distintos falam em “classes dominantes” e “burguesia”, ou em “empresários” e “elites econômicas”. Mas, a despeito da densidade de suas análises econômicas, predomina certa *flutuação* nos fundamentos teóricos e principalmente empíricos das proposições relacionadas à *caracterização* do CPN. Daí a importância da contribuição tanto dos *sociólogos e cientistas políticos* quanto dos *historiadores*, que comentaremos a seguir.

Os historiadores

A referência a este grupo, assim como ao dos *sociólogos e cientistas políticos*, decorre do fato de que, embora a literatura mais importante sobre desenvolvimento econômico seja produzida por autores que se enquadram na Ciência Econômica brasileira, tal literatura indica a importância de variáveis e questões que, embora não sejam por ela desenvolvidas em todas as suas implicações, remetem à importância de outras abordagens. Sendo assim, além do fato de que o tratamento de um tema desta natureza não poderia ser reduzido somente aos *economistas*, pesquisadores de outros campos trouxeram importantes contribuições para a análise do desenvolvimento econômico e, portanto, são igualmente relevantes quando se pensa a construção de uma agenda de pesquisa sobre o capital privado

nacional. Foi com este viés que tratamos dos textos dos *historiadores*. Além disso, os *economistas*, como, por exemplo, Caio Prado Junior, realizam um importante trabalho historiográfico, sem o qual a análise dos que aqui chamamos de *historiadores* dificilmente poderia ter sido bem-sucedida.

Na obra *Formação histórica do Brasil*, que é um ensaio sobre o tema expresso no título, Nelson Werneck Sodré utiliza expressões como “latifundiários”, “industriais”, “comerciantes”, “banqueiros” e “capitalistas agrícolas”, “senhores de terra” e “usineiros”. Tais seguimentos das atividades capitalistas remetem a o que o autor chama de “classes dominantes” ou “burguesia”, ou seja, o conjunto dos proprietários dos meios de produção nacionais. Sodré leva em conta a questão jogo do poder político entre tais classes, além das questões mais propriamente econômicas, e considera também as relações com o capital privado estrangeiro, que ele chama de “imperialismo”, “capital financeiro”, “oligarquia financeira” e “uniões monopolistas internacionais”, e que seria um protagonista central no desenvolvimento político-social do Brasil⁵².

Sodré dá uma atenção especial à ascensão industrial, destacando a criação do parque industrial voltado para demanda interna a partir da crise agrícola da década de 1930, e destaca a importância política que a classe dos industriais teve no processo de desenvolvimento econômico nacional⁵³. Para o autor, o CPN ligado a produção industrial, fruto dessa nova configuração social, seria mais dinâmico, estaria fora das velhas estruturas coloniais de dominação capitalista, formando uma nova configuração de exploração mais ligada à população das cidades e fortalecendo setores como a pequena burguesia urbana, composta por pequenos empresários, intelectuais, artesãos, funcionários, empregados e militares profissionais⁵⁴.

Por sua vez, Edgard Carone, em sua análise da história do Brasil pós-1930, recorreu principalmente a fontes secundárias e considerou vários setores que comporiam o CPN. Quando o autor se refere às atividades

⁵² Sodré, N. W., *Formação histórica do Brasil (9a ed.)*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976. Dada a natureza da obra, Sodré não realiza uma pesquisa empírica. Os dados são de fontes secundárias, e seu estudo apresenta uma abordagem ensaística, publicada pela primeira vez em 1962, fruto de um curso dado pelo autor no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1956.

⁵³ *Ibid.*, p. 325.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 399.

ligadas ao campo, o faz a partir do produto agrícola de seus seguimentos, os produtores de café, ou “cafeicultores”, de cana-de-açúcar, ou “usineiros”, e de algodão. Por sua vez, o setor industrial, ao qual o autor associa a expressão “burguesia”, seria dividido em ramos de atuação, por exemplo, têxtil, maquinaria, cerâmica, siderurgia e energia elétrica, e vincula sua importância ao processo de transformação da economia e da sociedade brasileira. A indústria seria composta majoritariamente por pequenos empreendimentos, porém um grupo pequeno empresas de grande porte dominavam os segmentos mais importantes do setor⁵⁵.

Quanto à relevância ou protagonismo do CPN, Carone destaca a importância dos cafeicultores e o fato de que tais “oligarquias”, que, juntamente com a “burguesia”, compunham as “classes dominantes”. O autor, assim como Wilson Cano, afirma que, em geral, tais classes atuavam “regionalmente” e que teriam sido bem-sucedidas em manter seus “privilégios” junto ao Governo Federal até os anos 1960, e menciona as *Conferências Nacionais das Classes Produtoras*, que reuniram empresários para tratar das grandes questões nacionais nos anos 1940 e 1950, as entidades empresariais, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), e também alguns personagens importantes, como o próprio Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi, João Daudt d’Oliveira, Conde Francisco Matarazzo e Conde Alexandre Siciliano. E ao falar da “burguesia”, ou seja, os industriais, Carone menciona a atuação nos processos constituintes de 1933 e 1946, na imprensa, nos órgãos do poder Executivo e até a forma como se relacionavam com a democracia⁵⁶. Por fim, o autor chama a atenção para os obstáculos e

⁵⁵ Carone, 1985, op. cit.

⁵⁶ “A instrumentalização teórica, baseada em argumentos de pretensa racionalidade, misturados com amálgama difuso de valores morais e religiosos, complementam um outro campo de ação, o da prática de classe. Nesta campanha, os grupos dominantes se utilizam, indistintamente, da repressão governamental, da orquestração dos grandes jornais – O Estado de São Paulo, Correio da Manhã etc. -, e de órgãos políticos criados especialmente para a luta contra o comunismo, tais como Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (1961), Cruzada Brasileira Anticomunista (1953) etc. A frente comum da burguesia comprova que a classe teme por seu futuro, que a democracia que defende é simplesmente, um conceito que se confunde com a sua afirmação de classe. O que faz é manipular,

desafios tanto econômicos quanto políticos que esta “classe” enfrentou em sua ascensão econômica⁵⁷.

Em suma, esses breves comentários sobre dois nomes importantes da historiografia brasileira que trataram da questão do desenvolvimento econômico nos parecem suficientes para, de um lado, verificar que os autores compartilham algumas questões e procedimentos com os *economistas*, inclusive certa flutuação na forma de definir o que seria o CPN. Mas, de outro, tenderam a aprofundar mais tais questões e principalmente a pensá-las de forma articulada aqueles fatores que muitas vezes estavam espalhados pelas análises dos *economistas*. Desta forma, até em função da natureza de seus trabalhos, os *historiadores* avançam mais na *caracterização* do CPN. Mais, uma vez, não se trata de sugerir um processo evolutivo de aperfeiçoamento da abordagem em relação aos *economistas*, dado que os objetivos são diferentes e, portanto, o resultado também.

Desta forma, os *historiadores* nos indicam algumas sugestões importantes para o tratamento do *desenvolvimento econômico*. Podemos destacar, em primeiro lugar, uma maior preocupação com a *caracterização* do CPN enquanto um *fator* ou *ator* não só econômico, como também social e político e internamente diversificado e conflituoso e, assim tratar não só os industriais como também os agricultores, os banqueiros e os comerciantes. Em segundo lugar, de forma mais intensa do que nos *economistas*, os *historiadores* atribuem grande importância à relação do CPN com as instituições políticas, o aparato jurídico e o regime político⁵⁸. E em terceiro lugar, a consideração dos indivíduos que efetivamente atuam na dinâmica dos acontecimentos históricos, e a forma como se deu a presença deste *ator*, e não apenas como *empresário* ou *empreendedor*.

Assim, como sugere Edgar Carone, o estudo do desenvolvimento econômico implica na necessidade de analisar os momentos não apenas

na prática, a democracia representativa, que ela confunde com a sua própria imagem e interesse”, *ibid.*, p. 167.

⁵⁷ *Ibid.*

⁵⁸ Devemos considerar que o processo de industrialização e o período aqui considerado contemplam, no seu início, a vigência de instituições democráticas, ainda que marcadas por certa precariedade e grande instabilidade (1930-1937), o regime autoritário do Estado Novo (1937-1945) e o período democrático (1946-1946), que se encerra com o Golpe de 1964.

econômicos, mas também políticos e institucionais, como as constituições, e até as formas de organização dos agentes do CPN, como as entidades e as reuniões, além das figuras que concretamente representavam os coletivos de tais agentes, além de sua dimensão regional. Enfim, os desafios que se colocavam ao CPN não apenas como processo ou *setor* econômico, mas como um coletivo social, um *ator social e político*, que predominantemente se associa à uma *classe*. Ao menos parte desta problemática será parcialmente desenvolvida nos estudos do grupo que denominamos *sociólogos e cientistas políticos* e que comentaremos a seguir.

Os sociólogos e cientistas políticos

Em termos cronológicos, este grupo não se distingue dos anteriores, dado que os trabalhos se concentram entre o início dos anos 1960 e o início dos anos 1990. Há semelhanças também no que diz respeito às questões, pois, como vimos, os *historiadores* tornam mais completa a agenda de estudo sobre o CPN que já estava sinalizada entre os *economistas*. Portanto, entre os *sociólogos e cientistas políticos* podemos encontrar ensaios de autores que tiveram grande importância na formação da Sociologia e da Ciência Política no Brasil, como, por exemplo, Hélio Jaguaribe⁵⁹, Octávio Ianni⁶⁰,

⁵⁹ Hélio Jaguaribe, em uma reunião de diversos ensaios publicada no início dos anos 1960, usa “iniciativa privada” para se referir ao CPN como um todo, além de outros termos mais específicos, como “burguesia rural”, “burguesia latifundiária” e “setor mercantil da burguesia urbana” (Jaguaribe, H., *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1962, p. 179). Para o autor, o CPN, suas especificidades e seus padrões de ação política estariam diluídos nos processos econômicos, sociais e políticos que o país viveu na história de seu desenvolvimento econômico, desde a Colônia até a República (1889).

⁶⁰ Octávio Ianni se volta para a questão da industrialização e para a “teoria do desenvolvimento”, as quais exigiriam a consideração das “... condições extra econômicas do funcionamento e das transformações das atividades produtivas”. O autor entende que o estudo do “desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil” passa pela análise, entre outras questões, da “formação da sociedade de classes”, nas quais estaria a “burguesia industrial”. Neste trabalho, Ianni também discute a figura do “empreendedor” schumpeteriano e remete esta questão à da “mentalidade do gerente no Brasil”, sugerindo que o estudo da “ideologia burguesa” passa

Florestan Fernandes⁶¹ e Gabriel Cohn⁶². As proposições e questões colocadas por esses autores, assim como aquelas dos *economistas* e *historiadores*,

pela consideração da “burguesia” “agrária”, “industrial” e “comercial”, dos “gerentes”, dos “acionistas” e das empresas estrangeiras, chamadas de “capitalismo internacional” (Ianni, O., *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil, Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1963, p. 67 e ss.).

⁶¹ Florestan Fernandes, em sua clássica análise da “revolução burguesa no Brasil”, trata, entre outras questões, da relação entre dominação burguesa e transformação capitalista, no capitalismo dependente, subdesenvolvido e na fase mais avançada da industrialização neste país (Fernandes, F., *A revolução burguesa no Brasil*, Guanabara, Rio de Janeiro, 1984).

⁶² No final dos anos 1960, Gabriel Cohn propõe uma forma de abordagem da industrialização bastante representativa do “sentido mais amplo” que marca a abordagem dos *historiadores* e dos *sociólogos e cientistas políticos*: “como o núcleo de toda aquela constelação de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que caracterizam a constituição da ordem social capitalista na sua expansão contemporânea no Brasil”. O CPN seria composto da seguinte forma: os “empresários e financistas ligados ao setor agrário”, os “proprietários industriais em germe” e os “agentes do grande comércio” de importação e exportação. O autor menciona também os conflitos entre pequenas e grandes empresas, em termos de número de empregados. Cohn cita apenas uma entidade de representação dos industriais e faz referência à Conferência das Classes Produtoras de 1945, mas destaca o caráter parcial e limitado das reivindicações dos industriais, geralmente marcadas pelo protecionismo e não se caracterizando por serem de “toda uma classe”, não desembocando na “emergência de uma classe empresarial coesa no Brasil”, nem em uma “burguesia industrial coesa” (aspas de Cohn), dada a sua “relativa fraqueza política”. A composição social e a origem étnica dos empresários também foi levada em conta (Cohn, G., “Problemas da industrialização no Século XX”, em C. G. Mota (Ed.), *Brasil em perspectiva (10a ed.)*, Difel, Rio de Janeiro/São Paulo, 1978). Para o autor, no processo de industrialização no Brasil, a “burguesia nacional” (aspas de Cohn) ocupava, na melhor das hipóteses, uma posição secundária frente ao “grande capital externo” (ibid, p. 314). Como veremos, tais questões vão permear os primeiros estudos empíricos sobre os empresários no Brasil. Sobre a questão do empresariado brasileiro enquanto ator político, ver Mancuso, W. P., “O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa”, *Revista de Sociologia E Política*, 2007.

O capital privado nacional na literatura brasileira sobre o desenvolvimento econômico no Brasil entre 1930 e 1964

repercutem nos trabalhos pioneiros e posteriores da sociologia empírica dos empresários no Brasil.

E as diferenças entre os *sociólogos e cientistas políticos* e os outros dois grupos se dão não só na forma como a questão geral do CPN é colocada, mas também no que tange à *pesquisa empírica* que sustenta a análise sobre este ator no processo de desenvolvimento econômico. Portanto, diz respeito ao tipo de base empírica da *caracterização* da variável *capital privado nacional*⁶³.

O primeiro trabalho da perspectiva que aqui estamos chamando de sociológica é o de Fernando Henrique Cardoso, que, a partir de pesquisa empírica junto aos dirigentes de grandes empresas industriais, realizada no início dos anos 1960, se refere aos “empreendedores” ou “empresários industriais” ou “burguesia industrial”, para analisar a “participação dos empreendedores industriais no desenvolvimento econômico do Brasil” e estudar o empresariado a partir das consequências das transformações na sociedade capitalista sobre as “funções empresariais”. O autor indica que considerar os industriais como “classe social” significa levar em conta as condições sociais de sua formação, a forma como tomam consciência dos problemas do desenvolvimento econômico, ou seja, a sua “mentalidade” e as suas perspectivas políticas. Cardoso divide os empresários em duas categorias analíticas de tipo ideal: “capitães de indústria” e “homens de negócio”. O autor conclui que o empresariado brasileiro na década de 1960 era majoritariamente composto por pelo primeiro tipo, dado que ainda era pouco profissionalizado⁶⁴.

⁶³ O uso de pesquisa empírica não é uma exclusividade deste grupo e nem são os primeiros a realizar este tipo de pesquisa junto a empresas, como vimos acima e como mostra, por exemplo, uma coletânea de trabalhos baseados na aplicação de questionários e levantamentos feitos em 1960 pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, vinculada à Fundação Getúlio Vargas, a respeito da história e das características das empresas e da “atitude” e da “opinião” dos “empresários” frente à ação do Estado e ao “desenvolvimento econômico” (Richers, R. et al., Impacto da ação do governo sobre as empresas brasileiras, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1963).

⁶⁴ Cardoso, 1964, op. cit.

Para os nossos objetivos, interessa destacar que Cardoso entende que tais “capitães da indústria” estariam na gênese da industrialização brasileira e que não estariam comprometidos com uma agenda de interesses nacionais. E isso teria tido outras implicações: “A situação peculiar da burguesia industrial na sociedade de massas em formação e a situação em que se encontra no processo de industrialização, fazem-na temerosa e incapaz de romper os vínculos com a situação de interesses tradicionalmente constituídos, isto é, com os grupos estrangeiros, com os grandes proprietários e com os comerciantes e banqueiros, a eles ligados. Não assumindo as responsabilidades políticas de classe economicamente dominante, a burguesia industrial torna-se em parte instrumento da dominação política dos grupos tradicionais”. Segundo Cardoso, esses “capitães de indústria” também se tornaram políticos, além de líderes de sindicatos e federações patronais, que representavam e organizavam as reivindicações da classe dos industriais brasileiros na década de 1960. Somente com o tempo essa categoria poderia passar a ser composta por “homens de negócio”⁶⁵.

Em 1968, Luciano Martins apresentou um estudo sobre a “burguesia nacional” e a “formação histórica e (d) o comportamento social do empresário industrial brasileiro”, o que, segundo o autor, implicou “uma série de questões metodológicas que acabaram por obrigar o autor a uma reapreciação de todo o processo brasileiro de desenvolvimento”. A questão de fundo seria a “reidentificação e redefinição dos papéis (...) dos atores sociais do processo de desenvolvimento”. Martins tomou como objeto da análise os “grandes industriais”, aos quais aplicou questionários sobre diversos assuntos, que remetiam desde a questão da gestão até

⁶⁵ Ibid., p. 191. Em trabalho posterior, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto reforçam a proposição geral acerca da “natureza social e política” do desenvolvimento na América Latina, e ressaltam: “Por certo, ninguém discordava da tese. O problema consistia exatamente em mostrar de forma mais direta e específica como se dá esta relação e que implicações derivam da forma de combinação que se estabelece entre economia, sociedade e política em momentos históricos e situações estruturais distintos” (Cardoso, F. H.; Faletto, E., *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, Zahar, Rio de Janeiro, 1970, p. 13).

O capital privado nacional na literatura brasileira sobre o desenvolvimento econômico no Brasil entre 1930 e 1964

as relações com o Governo e com outros setores do CPN. A conclusão é de que o modelo desenvolvimentista se esgotou, e sem realizar as expectativas que gerou e o comportamento dos setores empresariais está entre as expectativas não confirmadas por este modelo⁶⁶.

Luiz Carlos Bresser-Pereira é um exemplo de autor que poderia ser colocado em mais de um dos grupos que aqui definimos para analisar a literatura sobre desenvolvimento econômico no Brasil, dada a sua inserção no debate sobre a economia brasileira e a recuperação dos fatos históricos que faz em seus trabalhos. No final dos anos 1960, Bresser-Pereira faz “... uma análise histórica do desenvolvimento econômico e político do país a partir de 1930” e sugere que a renovação que o CPN passou nas décadas de 1930 a 1960 implicou no surgimento dos “empresários industriais capitalistas” ou a “burguesia industrial nacional”. O autor também se refere ao CPN ligado à produção agrícola, à “oligarquia agrário-comercial”, aos “grandes fazendeiros” e aos “cafeicultores”, além dos “comerciantes” e “banqueiros”. Em síntese, Bresser-Pereira se refere a este conjunto como o “grupo dominante no país” e “empresários brasileiros”⁶⁷. Além de chamar a atenção para a importância da questão étnica e familiar, Bresser-Pereira associa a industrialização à constituição de “... um grupo de pessoas com espírito empresarial, com capacidade de inovação, com possibilidades de comandar o processo de investimento e com disposição para arriscar”⁶⁸.

Em meados dos anos 1970, Bresser Pereira volta ao tema dos “empresários industriais e administradores” e o faz a partir de uma pesquisa que consistiu em fazer um “... levantamento factual sobre a mobilidade social e profissional dos administradores de cúpula das empresas paulistas”. Para tanto, também utilizando questionários, foi realizada uma verificação das origens étnicas (nacionalidade de pais e

⁶⁶ Martins, L., *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*, Saga, Rio de Janeiro, 1968. Segundo Martins, após 1964 os “setores industrializantes” se acomodaram ao perfil excludente, autocrático e dependente da orientação que o modelo de desenvolvimento passou a seguir (Ibid, p. 26).

⁶⁷ Bresser-Pereira, L. C., *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula (5a ed.)*, Editora 34, São Paulo, 2003, pp. 82 e 83.

⁶⁸ Ibid, p. 62.

avós) e sociais (a “classe social” da família). Segundo o autor, no Brasil, os “empresários schumpeterianos” e “administradores profissionais” só surgiram a partir dos anos 1930. Mas, após 1930, diante dos limites do Estado e da falta de interesse do capital estrangeiro na industrialização, teria cabido aos “empresários industriais” o impulso inicial da “revolução industrial brasileira” até o final dos anos 1940⁶⁹.

Para Bresser-Pereira, a maior parte dos industriais era oriunda de classes médias e de imigrantes radicados no Brasil, além de serem uma mera continuação da oligarquia agrário-comercial que dominava o país até 1930. Mas, embora compusessem uma mesma “elite econômica”, se trataria de “... dois grupos étnica e socialmente separados”, com interesses econômicos que, no início, eram conflitantes⁷⁰.

Eli Diniz, no final dos anos 1970, considera a “burguesia como objeto de estudo” com o objetivo de verificar a correspondência entre os seus interesses e as mudanças que marcaram o desenvolvimento industrial no Brasil, e estudar a visão dos industriais em relação à industrialização. O objeto de sua análise são algumas entidades de representação empresarial

⁶⁹ Bresser-Pereira, L. C., *Empresários e administradores no Brasil*, Brasiliense, ed. São Paulo, 1974.

⁷⁰ Ibid, p. 186. Luiz Carlos Bresser Pereira é também um bom exemplo de abordagem que se altera ao longo da obra do autor e de articulação entre as dimensões econômica, política e social na análise do CPN no processo de desenvolvimento econômico. Em artigo em coautoria com Eli Diniz (Bresser-Pereira, L. C., & Diniz, E., “Empresariado industrial, democracia e poder político”, em *Novos Estudos - CEBRAP*, (84), 2009), cujo trabalho comentaremos a seguir, os autores usam as noções de “empresários industriais”, “classe empresarial”, “elites empresariais” e “classe capitalista brasileira” para se referir ao CPN e o caracterizam a partir do seu posicionamento na “coalizão política” ou no complexo arranjo de forças sociais e políticas relacionados ao processo desenvolvimento econômico e à industrialização no Brasil. E em trabalho mais recente, Bresser-Pereira, ao se referir ao período aqui considerado, também fala na “coalizão de classe”, da qual a “burguesia industrial”, juntamente com a “burocracia pública moderna” e os “trabalhadores”, fez parte. O autor menciona também a luta entre os “empresários industriais nacionalistas” e a “burguesia mercantil exportadora” como uma das marcas importantes do processo de industrialização no Brasil e o debate sobre a existência de uma “burguesia nacional” no Brasil (Bresser-Pereira, 2015, op. cit.).

e agências estatais ligadas às políticas econômicas. Podemos destacar que, a preocupação é, entre outras, defender a importância do protagonismo dos industriais no processo de industrialização e contrapor-se à tese da debilidade política deste grupo, o que não poderia ser considerado a priori, mas conhecido apenas “ao nível e uma análise empírica e mesmo conjuntural”. Daí, a sua crítica à Fernando Henrique Cardoso e Luciano Martins: “Embora preocupados em captar a especificidade do comportamento político da burguesia nos países periféricos, certos estudos continuaram a avaliá-lo tomando por base o tipo ideal da burguesia nos países de desenvolvimento clássico”⁷¹.

Em suma, considerando as proposições dos *sociólogos e cientistas políticos*, em primeiro lugar, observamos que, apesar da clara articulação com as análises dos *economistas*⁷² e dos *historiadores*, e de se darem predominantemente no mesmo momento histórico, ou seja, os anos 1960, é clara a diferença na importância e na forma de realização da pesquisa empírica sobre os empresários, enquanto abordagem da questão do CPN no processo de desenvolvimento econômico no Brasil. Os trabalhos dos *sociólogos e cientistas políticos* baseiam-se em pesquisas empíricas que contemplam desde elementos relacionados à economia até a questão da força política, a forma de pensar a economia e o Estado e as suas origens sociais e étnicas daqueles que efetivamente compõem o CPN, os *empresários*. Em segundo lugar, para este grupo a questão do protagonismo, não apenas econômico, como também social e político, não só é parte fundamental da construção da análise sobre o desenvolvimento econômico, como também assume uma natureza empírica particular.

⁷¹ Diniz, E., *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978. O estudos de Renato Boschi (Boschi, R. R., *Elites industriais e democracia*, Graal, Rio de Janeiro, 1979) e de Maria Antonieta Leopoldi (Leopoldi, M. A. P., *Política e interesses: as associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira*, Paz e Terra, São Paulo, 2000) vão na mesma direção.

⁷² Por exemplo, como Celso Furtado, Maria Conceição Tavares e Octávio Ianni, os autores Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins e Luiz Carlos Bresser Pereira dialogam criticamente com a ideia schumpeteriana de *empreendedor*.

Em terceiro lugar, o protagonismo do CPN é pensado menos em termos de setor econômico e mais enquanto características de uma dada classe ou *elite*, seu processo de formação e reprodução, o qual, embora se constituísse a partir das empresas, ultrapassava este âmbito, e transbordava sua presença, em especial na política.

Luciano Martins (1968), além de reforçar a importância de estudar a *elite econômica*, ou seja, os dirigentes de grandes empresas, reforça a importância de se considerar as particularidades que o CPN enfrentava em função das condições em que se deu o desenvolvimento econômico e a industrialização em países como o Brasil, o que fortemente impactou na sua constituição não só enquanto agente e fator econômico, mas também enquanto personagem político, o que, segundo o autor implicou no fato de que a “burguesia brasileira” foi mais um dos grupos de pressão na sociedade do que o centro dinâmico das decisões nacionais. Esta conclusão, compartilhada por Fernando Henrique Cardoso, marcou profundamente todos os estudos posteriores sobre o CPN⁷³. Esta avaliação sobre a força política dos empresários brasileiros foi contestada pela geração seguinte de estudiosos do empresariado no Brasil, sobre tudo Eli Diniz, Renato Boschi e Maria Antonieta Leopoldi, acima mencionados.

Como vimos acima, os *economistas* e os *historiadores* colocam a questão da dominação e destacam a importância das relações da burguesia industrial, o setor mais dinâmico da industrialização, com outros setores do que chama de “classes dominantes”, até mesmo os pequenos empresários, intelectuais, artesãos, funcionários, empregados e militares profissionais, além do capital estrangeiro e do Estado. Mas não a analisa em suas formas concretas, tarefa que foi ao menos parcialmente realizada pelos *sociólogos* e *cientistas políticos*.

⁷³ Em sua análise do papel do Estado no desenvolvimento econômico no Brasil, Sonia Draibe defende que o empresariado era frágil, financeira e politicamente, tendendo a assumir muito pouco do setor de bens duráveis e isto impedia que o Estado expressasse suas demandas, enquanto um conjunto de interesses exclusivos de classe (Draibe, S., *Rumos e Metamorfoses - Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985). Para saber mais sobre este debate, ver Mancuso, 2007, op. cit.

A agenda de pesquisa sobre o *capital privado nacional*

As semelhanças e diferenças entre as abordagens ou *perspectivas* acerca do CPN no processo de desenvolvimento econômico no Brasil – algumas não só distantes no tempo, como de natureza distintas –, mostram, de um lado, a pertinência da questão do CPN, de suas características e de seu *protagonismo* e, de outro, a relevância das implicações disso sobre a forma como ele vem sendo analisado, seja enquanto objeto acadêmico, seja enquanto questão política.

Constatamos então que, se os *economistas* fizeram o trabalho fundamental de caracterizar o CPN enquanto fator ou agente econômico, coube aos *historiadores e sociólogos e cientistas políticos* complementarem esta abordagem que, embora não fossem desconhecidas dos *economistas*, nestes não encontramos um tratamento teórico e empírico das outras dimensões do CPN para além do econômico. Portanto, no que tange à construção de uma agenda de pesquisa podemos desde já evitar qualquer tipo de contraposição entre tais abordagens, mas, ao contrário, devemos articulá-las de forma a construir um conjunto de sugestões que contribuam para uma abordagem eficaz na capacidade de compreender o desenvolvimento econômico, dando especial destaque àquilo que diz respeito ao *capital privado nacional*.

Isso remete a outras questões, como, por exemplo, a necessidade de tratar do conceito de *desenvolvimento econômico* presente de forma mais ou menos explícita nos trabalhos, verificando se, por exemplo, assim como acontece com a *caracterização* do CPN, ocorre a oscilação ou *flutuação* nas formas de abordagem deste processo. O mesmo valeria para a expressão ou conceito de *desenvolvimentismo*.

Verifica-se também a necessidade do estudo do processo de composição, das características e da ação tanto da *elite empresarial* quanto da *elite econômica*⁷⁴. Isso faz parte de uma questão mais ampla,

⁷⁴ As noções de *elite empresarial* e *elite econômica* referem-se, respectivamente, aos dirigentes de entidades de representação política do empresariado e aos dirigentes das grandes empresas. Sobre os fundamentos e a pertinência destas noções, ver Costa, P. R. N., “Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários”, em *Revista de Sociologia E Política*, 22, 47–57, 2014.

que é a da definição com precisão do *objeto* ao qual se recorre para falar do CPN. Ou seja, nem sempre o protagonismo do CPN é verificado e descrito em seus detalhes e particularidades, não só em relação às suas agendas de interesses, como também nos padrões de ação política e instâncias decisórias, por sua vez sujeitas às alterações no regime político. Isso tem forte implicação na compreensão das condições objetivas da influência desses interesses no processo decisório das políticas econômicas relacionadas ao desenvolvimento econômico.

Outro aspecto interessante é que, mesmo considerando a relevância da questão da origem dos industriais e a centralidade do tema da industrialização e desta no desenvolvimento econômico no Brasil, as análises dos *sociólogos e cientistas políticos* tenderam a se restringir à indústria e aos industriais, o que ocorre da mesma forma com os *economistas* e em menor intensidade com os *historiadores*. Enfim, fatores como a diversidade de atividades que caracterizam o próprio capitalismo, além de aspectos históricos específicos, exigem a análise do CPN em toda a sua diversidade, articulações e conflitos, inclusive regionais e internacionais.

Daí decorre também a importância da análise dos conflitos e da articulação entre as grandes corporações, as quais mais facilmente são associadas ao desenvolvimento econômico e à industrialização, e as pequenas e médias empresas, as quais também se colocam como uma questão importante para as políticas econômicas e até a distribuição da propriedade e da riqueza que algumas abordagens associam diretamente ao desenvolvimento econômico.

Podemos observar que há ainda uma lacuna no que diz respeito à análise da ação concreta deste grupo no processo de industrialização, daí a importância dos trabalhos de Eli Diniz, Renato Boschi e Maria Antonieta Leopoldi. Ainda faltam estudos sobre as formas de ação concretas, seja no âmbito interno às empresas, seja no âmbito social e político, de forma metodologicamente bem delimitada e fundamentada, e sem se pautar por proposições relacionadas ao que o CPN *deveria ser*, ou suas *tarefas e missões*.

Além disso, ainda há poucas referências às implicações decorrentes da alteração na natureza democrática do regime político e

as implicações disso sobre o processo de desenvolvimento econômico, em particular do contexto democrático, que marcou não só parte como o momento do ápice da industrialização no Brasil. E podemos destacar a forma como as questões da *classe* e das *elites* perpassam todos os grupos acima mencionados, cabendo aos *sociólogos e cientistas políticos* dar mais atenção à dimensão empírica destas questões, mas nem sempre de forma precisa teórica e metodologicamente⁷⁵.

Constatamos também que a caracterização do CPN tendeu a se dar em torno das seguintes posições: 1- uma descrição *fria*, ou seja, estritamente enquanto *fenômeno econômico*, predominante entre os *economistas*; 2- a sua consideração enquanto *ator* ou *protagonista tanto econômico quanto político*, seja enquanto setor, entidade de representação ou indivíduos nominados, predominante entre os *historiadores e sociólogos e cientistas políticos*; 3- e uma a proposição de natureza *normativa*, isto é, o vínculo a um *projeto político*, ou seja, relacionada a uma dada *tarefa* ou *papel* que o CPN *deveria* ter assumido no desenvolvimento econômico no Brasil, que de certa forma, está difusa entre as três perspectivas aqui analisadas. Obviamente não se pode descartar a possibilidade da sobreposição e articulação entre estas posições, mas é fundamental o cuidado em ter claras as diferenças entre elas, seja no que implica na forma de caracterizar o CPN, seja na natureza das conclusões que cada posição implica.

E a natureza atual e complexa desta questão reforça a importância da forma como não só a literatura, mas, sobretudo outros âmbitos de análise sobre o *desenvolvimento econômico*, em especial o jornalismo, as autoridades econômicas e os agentes políticos, tratam desta questão. Um breve e metodologicamente simples levantamento da forma como o *desenvolvimento econômico* aparece na mídia, em geral ou especializada em economia, empresas, mercado e política, permitiria verificar as tendências da forma como a questão do *capital*

⁷⁵ Sobre a questão da classe da elite no estudo dos empresários no Brasil, ver Costa, P. R. N., *Classe social e elite nos estudos sobre empresariado no Brasil*, Águas de Lindóia, 2013.

privado nacional se apresenta no Brasil dos dias de hoje. Isso reforça a tese de que a importância do tema não corresponde à sua presença no debate atual, o que remete à necessidade de dar mais ênfase a este tema, e ao cuidado que mereceria enquanto problema sociológico, social e político.

A literatura nos ensina a necessidade dos estudos sobre desenvolvimento econômico e industrialização não só evitar a imprecisão ou *flutuação* teórica e metodológica e a precariedade dos argumentos quando na análise do *capital privado nacional*, enquanto agente ou *personagem* fundamental do próprio desenvolvimento econômico, seja qual for a abordagem ou perspectiva. Convém ressaltar que tal *flutuação* não é em si nociva ou prejudicial, pois remete às particularidades e aos objetivos de cada obra e pode sugerir a necessidade de não reduzir o tratamento do CPN a apenas uma de suas dimensões.

Outro aspecto importante sugerido por este exercício de revisão da literatura é a preocupação com a verificação das particularidades do contexto no qual está inserido o CPN, e a delimitação do alcance das proposições, sejam de natureza *descritiva* ou mais propriamente *histórica*, sejam de natureza *política* ou *normativa*, e principalmente quando de natureza *teórica*. Mais uma vez, não pretendemos contrapor tais abordagens ou colocá-las como excludentes, muito menos buscar a neutralidade axiológica, mas apenas defender a importância desta preocupação com a precisão.

Em suma, entre as vantagens desta busca de maior precisão na análise desta variável está o ganho na análise das demais variáveis tão ou mais importantes quando se trata de *desenvolvimento econômico*, ou seja, das relações entre o CPN e o Estado, o capital estrangeiro, os trabalhadores, as instituições políticas e as ideologias. Daí a importância da consideração destas relações e de outras questões, tais como: a ação política do capital privado nacional; sua agenda de demandas e interesses; seus padrões de ação política (através de entidades, por contatos diretos, nos meios de comunicação etc., e voltados para o Congresso Nacional, ou a Presidência da República, ou uma agência estatal etc.); os indivíduos que incorporam

as atividades capitalistas, a *elite econômica*, a *elite empresarial* e ou uma prosopografia deste grupo; ou a relação entre o CPN e a *elite estatal*⁷⁶.

Por fim, tal procedimento ganharia outros e mais interessantes desdobramentos quando realizado em perspectiva diacrônica e/ou comparada com outros países, seja com aqueles de história semelhante de desenvolvimento econômico, seja com os chamados países capitalistas avançados, o que, por sua vez, exige muito cuidado no uso de *modelos*, não só de desenvolvimento econômico e industrialização como também de *empresário*, *empresariado*, *capitalista*, *classe dominante*, *burguesia* etc., ou seja, do *capital privado nacional*.

Considerações finais

Ao contrário do que propor que o CPN é uma não agenda nas análises sobre o processo de desenvolvimento econômico e industrialização ou criticar os autores por não fazerem algo que em princípio não pretendiam fazer, nosso objetivo foi enfatizar a importância desta questão. Desta forma, procuramos contribuir para retomar e reforçar uma agenda de pesquisa que foi importante no modo como, em especial os *historiadores* e os *sociólogos e cientistas políticos*, se colocaram, ou seja, para uma *Sociologia Política* do tema do desenvolvimento econômico, ao articular variáveis de natureza socioeconômica àquelas de natureza político-institucional, o que implica também em defender a retomada crítica de um procedimento que marcou os anos 1960 e 1970 da análise sociológica sobre a economia. A isso podemos acrescentar a dimensão

⁷⁶ Por *elite estatal*, estamos entendendo o complexo conjunto dos agentes que, no âmbito do Estado, tomam as principais decisões relacionadas às políticas econômicas e ao desenvolvimento econômico. Sobre estas questões ver, Costa, P. R. N., “Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários”, em *Revista de Sociologia e Política*, 22, 2014, pp. 47–57.; Perissinotto, R., Costa, P. R. N., Nunes, W., & Ilha, A., “Elites estatais e industrialização: ensaio de comparação entre Brasil, Argentina e México (1920-1970)”, em *Revista de Economia Política*, 34 (3), 503–519, 2014 e Perissinotto, R., “O conceito de estado desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino”, *Revista de Sociologia E Política*, 22 (52), 2014, pp. 59–75.

política da questão do CPN, que vem desde os anos 1940, com o debate sobre a *burguesia nacional*, até o processo de formulação das políticas econômicas nos dias de hoje.

Nosso objetivo foi menos levantar algo novo, pois verificamos como os temas e até os procedimentos analíticos são transversais ao processo histórico, e mais valorizar o estudo dessa difusa, mas profunda e rica, contribuição da literatura aqui contemplada. E apesar de nossa ênfase na importância das características da pesquisa empírica, não se trata de defender a empiria em si como saída ou solução para as dificuldades relacionadas ao estudo do CPN ou do desenvolvimento econômico, dado que sem as reflexões teóricas dos autores aqui comentados, muito pouco se teria avançado. Ou seja, em nenhum momento se pode prescindir da *imaginação sociológica* que os textos de natureza ensaística oferecem e que não podem faltar de qualquer que seja o estudo empírico.

Referências bibliográficas

Baer, W., *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1965.

Baer, W., *A Economia brasileira*, Nobel, São Paulo, 1996.

Bielschowsky, R., *Pensamento econômico brasileiro*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1988.

Bielschowsky, R., “Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964”, em M. R. Loureiro (Ed.), *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996)*, Vozes, Petrópolis, 1997.

Boschi, R. R., *Elites industriais e democracia*, Graal, Rio de Janeiro, 1979.

Bresser-Pereira, L. C., *Empresários e administradores no Brasil*, Brasiliense, ed. São Paulo, 1974.

Bresser-Pereira, L. C., “Interpretações sobre o Brasil”, em M. R. Loureiro (Ed.), *50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamentos, instituições, depoimentos*, Vozes, Petrópolis, 1997.

O capital privado nacional na literatura brasileira sobre o desenvolvimento econômico no Brasil entre 1930 e 1964

Bresser-Pereira, L. C., *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula* (5ª ed.), Editora 34, São Paulo, 2003.

Bresser-Pereira, L. C., *A construção política do Brasil*, São Paulo: 34, 2015.

Bresser-Pereira, L. C., & Diniz, E., “Empresariado industrial, democracia e poder político”, em *Novos Estudos - CEBRAP*, (84), 2009. <http://doi.org/10.1590/S0101-33002009000200006>

Brum, A. J., *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, Unijuí, Ijuí, 1982.

Campos, R. O., *Ensaio de História Econômica e Sociológica* (3ª ed.), APEC, Rio de Janeiro, 1963.

Cano, W., *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*, Global, São Paulo, 1985.

Cano, W., “Estado e industrialização no Brasil” em *Revista de Economia Política*, 8(4), 1988.

Cardoso, F. H., *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, Difel, São Paulo, 1964.

Cardoso, F. H.; Faletto, E., *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, Zahar, Rio de Janeiro, 1970.

Carone, E., *A república liberal*, Difel, Rio de Janeiro, 1985.

Cohn, G., “Problemas da industrialização no Século XX”, em C. G. Mota (Ed.), *Brasil em perspectiva* (10ª ed.), Difel, Rio de Janeiro/São Paulo, 1978.

Costa, P. R. N., *Classe social e elite nos estudos sobre empresariado no Brasil*, Águas de Lindóia, 2013. Retrieved from http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=667%3Aana-is-do-encontro-sps-mrs-e-gts-&catid=1135%3A37o-encontro-anual-da-anpocs&Itemid=459

Costa, P. R. N., “Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários”, em *Revista de Sociologia E Política*, 22, 47–57, 2014, <http://doi.org/10.1590/1678-987314225204>

Diniz, E., *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

Draibe, S., *Rumos e Metamorfoses - Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.

Fernandes, F., *A revolução burguesa no Brasil*, Guanabara, Rio de Janeiro, 1984.

Furtado, C., *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, Abril Cultural, São Paulo, 1967.

Furtado, C., *A economia latino-americana*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1976.

Furtado, C., *Formação Econômica do Brasil* (25ª ed.), Nacional, São Paulo, 1995.

Gudin, E., *Inflação, Importação e Exportação, Café e Crédito, Desenvolvimento e Industrialização* (2ª, Edição), Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1959.

Gudin, E., *Análise de problemas brasileiros*, Agir, Rio de Janeiro, 1965.

Ianni, O., *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963.

Jaguaribe, H., *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1962.

Leopoldi, M. A. P., *Política e interesses: as associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira*, Paz e Terra, São Paulo, 2000.

Lessa, C., *Quinze anos de política econômica*, Brasiliense, São Paulo, 1975.

O capital privado nacional na literatura brasileira sobre o desenvolvimento econômico no Brasil entre 1930 e 1964

Mancuso, W. P., “O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa”, *Revista de Sociologia E Política*, 2007, <http://doi.org/10.1590/S0104-44782007000100009>.

Mantega, G., *A Economia Política Brasileira*, Vozes, Petrópolis, 1984.

Martins, L., *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*, Saga, Rio de Janeiro, 1968.

Mello, J. M. C. de, *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira* (4^a ed.), Brasiliense, São Paulo, 1986.

Netto, D., *Alguns Problemas do Planejamento para o Desenvolvimento Econômico*, FCEA-USP, São Paulo, 1962.

Orestein, L. & Sochaczewski, A. C., “Democracia com desenvolvimento: 1956-1961”, em M. de Abreu (Ed.), *A ordem do progresso*, Campus, Rio de Janeiro, 1989.

Perissinotto, R., “O conceito de estado desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino”, *Revista de Sociologia E Política*, 22 (52), 2014, pp. 59–75. <http://doi.org/10.1590/1678-987314225205>

Perissinotto, R., Costa, P. R. N., Nunes, W., & Ilha, A., “Elites estatais e industrialização: ensaio de comparação entre Brasil, Argentina e México (1920-1970)”, em *Revista de Economia Política*, 34 (3), 503–519, 2014. <http://doi.org/10.1590/S0101-31572014000300009>

Prado Jr., C., *História econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1978.

Prebisch, R., “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, em *Revista Brasileira de Economia*, 3 (3), 1949. Retrieved from <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767>

Prebisch, R., *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano* (2^a ed.), Fundo de Cultura, Rio de Janeiro/São Paulo, 1968.

Rangel, I., *Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, Livraria Progresso, Salvador, 1957.

Rangel, I., *Elementos de Economia do Projeto*, Livraria Progresso, Salvador, 1958.

Richers, R. et al., *Impacto da ação do governo sobre as empresas brasileiras*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1963.

Serra, J., “Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra”, en R. Lessa, Carlos; Belluzo, Luiz Gonzaga de Mello; Coutinho (Ed.), *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, Brasiliense, São Paulo, 1982.

Silva, S., *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, Alfa-Omega, São Paulo, 1976.

Simonsen, M. H., *Brasil 2001*, APEC, Rio de Janeiro, 1969.

Simonsen, R., *A Evolução Industrial do Brasil*, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, São Paulo, 1939.

Sodré, N. W., *Formação histórica do Brasil* (9ª ed.), Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976.

Tavares, M. da C., *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaio sobre a economia brasileira*, Zahar, Rio de Janeiro, 1972.